



Associação
Brasileira
de Municípios

GUIA PRÁTICO PARA
ENFRENTAMENTO

SUPER EL NIÑO E EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS



FICHA TÉCNICA

Espaço reservado para os créditos institucionais deste volume.

INSTITUIÇÃO

Associação Brasileira de Municípios – ABM

DIREÇÃO EXECUTIVA

Eduardo Tadeu

Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios

ELABORAÇÃO TÉCNICA

Indielle Karine

Assessora Técnica para Adaptação Climática e Gestão de Riscos
e Desastres do Projeto Rede Clima Municipal

REVISÃO

Daniela Artusi Monteiro

Assessora de Relações Internacionais e Mudanças Climáticas
da Associação Brasileira de Municípios

Indyamara Machado

Coordenadora Técnica do Projeto Rede Clima Municipal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Daniele Souza

Coordenadora de Comunicação da Associação Brasileira
de Municípios

Rose Severo

Designer Gráfica da Associação Brasileira de Municípios

ANO DE PUBLICAÇÃO

2026



Associação
Brasileira
de Municípios

**GUIA PRÁTICO PARA
ENFRENTAMENTO**

SUPER EL NIÑO E EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Orientações práticas para prefeituras,
secretarias e equipes técnicas municipais
antes, durante e depois de um desastre

VOLUME 1 | 2026

ÍNDICE

Carta do Diretor Executivo

7

Considerações iniciais

8

Preparando a gestão municipal para prevenção e enfrentamento aos desastres

10

Diagnóstico Situacional

14

GABINETE DE CRISE E GOVERNANÇA JURÍDICA EM DESASTRES

16

Gabinete de Prefeito(a), Procuradoria Geral Municipal e Planejamento na assistência humanitária

17

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

23

ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL

31

O papel da Defesa Civil na Gestão de Redução de Riscos e Desastres

32

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

37

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA DE SAÚDE EM DESASTRES

43

Assistência Humanitária de Saúde

44

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

49

ÍNDICE

ASSISTÊNCIA SOCIAL HUMANITÁRIA EM DESASTRES 57

Assistência Social Humanitária 58

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo? 62

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA 66

Mobilidade Territorial e Infraestrutura Urbana 67

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo? 71

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE 77

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade 78

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo? 82

EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA 88

Secretaria Municipal de Educação e Assistência Humanitária 89

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo? 92

Considerações finais 98

O SUPER EL NIÑO E DESASTRES DECORRENTES DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Como parte de seu compromisso com o fortalecimento da gestão municipal e da agenda municipalista, a Associação Brasileira de Municípios (ABM) apresenta este **Guia Prático de enfrentamento ao Super El Niño e eventos climáticos extremos**, desenvolvido para apoiar a tomada de decisão dos gestores municipais antes, durante e depois da ocorrência de desastres.

Carta do Diretor Executivo



Prezadas Prefeitas, Prefeitos e Gestores Municipais,

Para reforçar o compromisso da Associação Brasileira de Municípios com o combate às mudanças climáticas nos territórios, apresentamos aos gestores e às gestoras municipais esse “Guia prático para enfrentamento ao Super El Niño e eventos climáticos extremos”. Essa edição ressalta a importância das ações multissetoriais e o envolvimento do gabinete de crise da prefeitura, além das secretarias que devem prestar apoio especializado à população nesses casos de emergência ou de calamidade pública. O ideal é que sempre haja o planejamento e a capacitação dos envolvidos antes da situação calamitosa, no entanto, sabemos que, muitas vezes, tais eventos podem ocorrer sem previsão ou aviso prévio e esse é o momento que devemos partir para o enfrentamento, devidamente orientados.

E esse é o objetivo dessa cartilha: apoiar no enfrentamento nessas situações de crise, com ações coordenadas entre a prefeitura e suas respectivas secretarias, com foco na mitigação dos efeitos diante do evento extremo e a preservação da vida da população, bem como a segurança de todos. Tal material apresenta ações que devem ocorrer antes, durante e depois do evento extremo, a fim de apoiar a gestão municipal a se preparar para a crise, lidar com ela em andamento e especialmente, apoiar a se reerguer depois que ela acontece.

Por isso, a equipe da ABM preparou esse material com muito cuidado e precisão técnica para apresentá-lo às equipes dos municípios para servir como um material auxiliar no apoio às prefeituras em momentos de crise. Assim, reafirmamos a nossa assistência aos municípios brasileiros, somada a tantos outros programas voltados para as mudanças climáticas sentidas nos territórios. Do Rede Clima Municipal ao Mutirão Brasil, nosso trabalho se concretiza na atuação junto às prefeituras desde a capacitação das equipes técnicas ao apoio na busca por financiamento climático nacional ou internacional.

Esperamos que esse material seja útil para as equipes municipais e que chegue a cada um com o propósito que ele se apresenta: apoiar e proteger a população dos municípios brasileiros que, como sempre reafirmamos, é onde a vida acontece e onde os efeitos das mudanças climáticas são sentidos e vividos com mais intensidade.

Cordialmente,

Eduardo Tadeu Pereira

Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios

Considerações iniciais

Associação Brasileira de Municípios e o compromisso com a agenda climática e gestão integrada de riscos e desastres

Os eventos climáticos extremos têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos, causando grandes perdas, danos e desafios à gestão pública municipal. Enchentes, inundações, estiagens, deslizamentos, vendavais, ondas de calor e queimadas exigem respostas rápidas, coordenadas e planejadas para proteger vidas, reduzir danos e garantir a continuidade dos serviços essenciais à população, em especial a mais vulnerável e que mais sofre esses impactos.

Comprometida com essa agenda, a **Associação Brasileira de Municípios (ABM)** consolida a sua atuação como uma das principais entidades de apoio aos governos locais na promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à adaptação climática e à gestão integrada de riscos e desastres. Ao longo de sua trajetória de 80 anos, a ABM tem atuado como articuladora entre municípios, governos estaduais e federal, organismos internacionais, instituições de pesquisa e sociedade civil, contribuindo para ampliar a capacidade técnica das administrações municipais e para fortalecer a implementação de políticas públicas baseadas em evidências, planejamento e cooperação institucional.

Reconhecendo que os efeitos das mudanças climáticas impõem desafios crescentes às administrações locais, a ABM tem desenvolvido iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança climática municipal, incentivando a elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade, planos de ação climática, instrumentos de adaptação, estratégias de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e mecanismos de integração das políticas ambientais, urbanas, sociais e de proteção e defesa civil. Essa atuação busca apoiar os municípios de pequeno e médio porte na incorporação da agenda climática ao planejamento territorial, à gestão pública e aos processos de tomada de decisão.

Essa trajetória reafirma o compromisso institucional da ABM com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015–2030), do Acordo de Paris e da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, reconhecendo que a gestão dos riscos climáticos deve ser integrada às políticas de planejamento urbano, meio ambiente, infraestrutura, saúde, assistência social,

desenvolvimento econômico e governança pública.

Nesse contexto, este **Guia Prático de enfrentamento ao Super El Niño e eventos climáticos extremos** foi elaborado para servir como um instrumento de apoio à tomada de decisão rápida e à formulação de estratégias dos gestores municipais antes, durante e após a ocorrência de um desastre.

Este guia representa o compromisso permanente da ABM com o fortalecimento da gestão municipal, com a promoção da resiliência territorial e com a construção de cidades mais preparadas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças do clima. Ao disponibilizar orientações técnicas acessíveis e adaptadas à realidade dos municípios brasileiros, a ABM reafirma sua missão de apoiar os governos locais na proteção da população, na redução das vulnerabilidades e na construção de um futuro mais seguro, sustentável e resiliente para todos.

Cada secretaria possui responsabilidades específicas na proteção da população e na manutenção dos serviços públicos. A atuação coordenada e integrada entre as diferentes áreas da administração é fundamental para reduzir riscos, minimizar impactos e acelerar a recuperação das comunidades atingidas. Neste guia vamos orientar como as secretarias podem trabalhar em conjunto.

Ao disponibilizar este guia, a ABM se compromete a apoiar prefeitas, prefeitos e equipes técnicas na construção de administrações para responder às emergências e incorporar a adaptação climática como parte permanente da gestão pública local. Esperamos que este material seja uma ferramenta de consulta permanente, contribuindo para o fortalecimento da gestão municipal, da prevenção de riscos e da construção de cidades mais resilientes, preparadas para enfrentar os desafios causados pelas mudanças do clima.

A ABM acredita que apoiar os municípios é fortalecer a capacidade do país de enfrentar as mudanças climáticas. Proteger vidas, preservar direitos e fortalecer a capacidade de resposta dos municípios é uma responsabilidade compartilhada. Que este guia possa apoiar sua gestão na tomada de decisões seguras, eficientes e comprometidas com o bem-estar da população.

Desejamos uma excelente leitura e uma gestão cada vez mais preparada para enfrentar os desafios dos eventos climáticos extremos.

Preparando a gestão municipal para prevenção e enfrentamento aos desastres

Vamos preparar a gestão municipal e as comunidades para ações de prevenção e enfrentamento aos desastres?

Aqui, vamos te explicar um pouco, dos conceitos de PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO e RECUPERAÇÃO PÓS-DESASTRE.

PREVENÇÃO:

Conjunto de atividades e medidas que, feitas com antecipação, buscam evitar um dano ou mal. Essas ações incluem diretrizes para **ADAPTAÇÃO** e **MITIGAÇÃO**.

O Marco de Sendai estabelece como principal objetivo a **prevenção** e redução de riscos de desastres, mediante medidas integradas e inclusivas em diversos âmbitos, visando reduzir a exposição a ameaças e vulnerabilidades, fortalecer as capacidades de preparação, resposta e recuperação, e aumentar a resiliência (BRASIL, 2025).

O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC) regula diretrizes para: prevenção, mitigação e preparação, resposta e recuperação. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil para municípios (BRASIL, 2012):

Art. 8º Compete aos Municípios:

I - executar a PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

V-A - realizar, em articulação com a União e os Estados, o monitoramento em tempo real das áreas classificadas como de risco alto e muito alto; (Incluído pela Lei nº 14.750, de 2023)

V-B - produzir, em articulação com a União e os Estados, alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, inclusive por meio de sirenes e mensagens via telefonia celular, para cientificar a população e orientá-la sobre padrões comportamentais a serem observados em situação de emergência; (Incluído pela Lei nº 14.750, de 2023)

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

ENFRENTAMENTO:

São ações de resposta emergenciais nas primeiras horas pós-desastre para proteger vidas, como resgates e distribuição de suprimentos.

Idealmente ocorrendo de forma simultânea várias ações:

1. Ativação do Plano de Contingência

e Emergência: Momento em que os procedimentos de emergência previamente definidos são colocados em prática causado por um evento extremo.

2. Ativação da Sala de Crise: Momento em que ocorre a mobilização imediata de um comitê ou grupo de trabalho multisetorial municipal para gerenciar situações de emergência ou desastre. Esse espaço (físico ou virtual) centraliza informações, monitora ameaças e agiliza a tomada de decisões para coordenar o socorro, proteger vidas e reduzir prejuízos à população e promover acolhimento humanitário, médico e psicológico.

3. Estado de calamidade pública:

Situação anormal provocada por desastre causador de danos e prejuízos que implicam o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido, de tal forma que a situação somente pode ser superada com o auxílio dos demais entes da Federação (BRASIL, 2023).

4. Ações de enfrentamento para acolhimento humanitário:

Fornecimento de assistência emergencial—alojamento, alimentação, documentação e apoio psicossocial—visando garantir a dignidade, a segurança e a autonomia dessas pessoas afetadas.

PÓS-DESASTRE:

Tomadas de decisões com medidas emergenciais e de longo prazo adotadas após um evento extremo para salvar vidas, prestar assistência humanitária e promover o restabelecimento da normalidade.

Idealmente ocorrendo de forma simultânea várias ações:

1. Avaliar danos e prejuízos

2. Garantir o funcionamento da infraestrutura de saúde e educação.

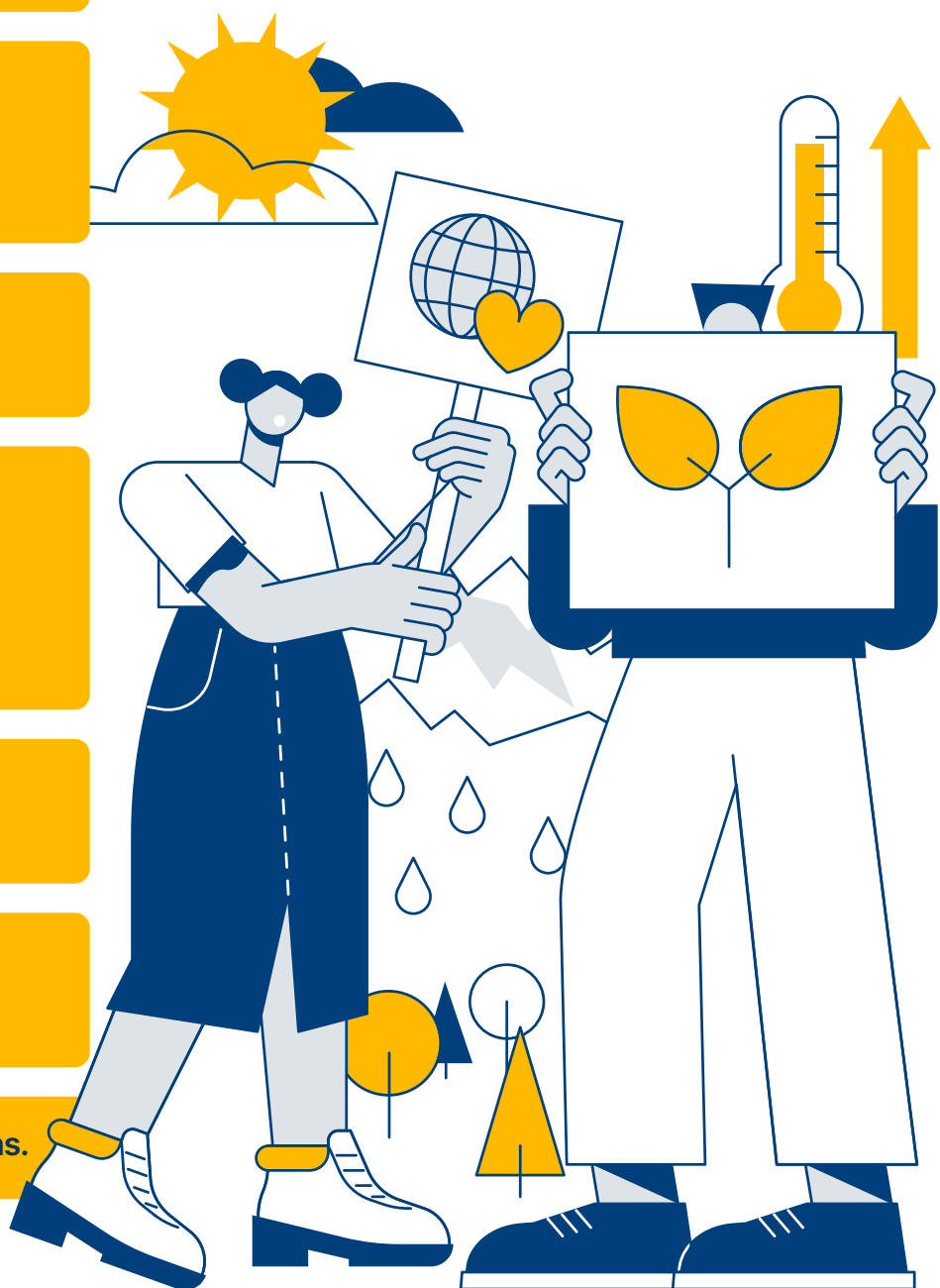
3. Implementar programas de assistência financeira.

4. Solicitar apoio da união e do Estado para fortalecer economicamente o local atingido.

5. Solicitar repasse de recursos financeiros.

6. Reconstruir habitações seguras.

7. Realizar prestação de contas.



Diagnóstico Situacional

Antes de agir, é preciso saber onde o município está mais exposto. Tente entender a realidade para buscar soluções que atendam às necessidades do seu território. Observe as tipificações a seguir e identifique as vulnerabilidades climáticas presentes no seu município, delimitando as áreas e os setores mais expostos. Conhecer as populações vulneráveis e onde elas estão localizadas permite direcionar as ações municipais de forma mais eficiente e estratégica.

Façam uma reflexão

Quais os riscos que o meu município está exposto e tem enfrentado nos últimos anos?

Quais os impactos sofridos anteriormente, considerando a economia local, infraestrutura, mobilidade, saúde, perdas e danos?

Qual estrutura a prefeitura possui para preparação e enfrentamento desses eventos extremos?

A quais riscos e vulnerabilidades o município está exposto?

- | | | |
|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|
| 1. Enchentes | 6. Secas | 11. Desmatamento |
| 2. Inundações | 7. Estiagens | 12. Erosão costeira |
| 3. Alagamentos | 8. Movimento de massa | 13. Poluição do ar |
| 4. Enxurradas | 9. Incêndio | 14. Doenças infecciosas – vetores |
| 5. Elevação do nível pluvial | 10. Queimadas | 15. Tempestades tropicais e ciclones |

Quais as áreas de exposição ao risco?

- | | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| 1. Bairros | 6. Setor turístico |
| 2. Ruas | 7. Setores públicos |
| 3. Áreas urbanas | 8. Vias urbanas |
| 4. Áreas rurais | 9. Campus acadêmicos e escolas |
| 5. Áreas costeiras / ribeirinhas | 10. Unidades de saúde |

Qual é a população exposta e vulnerável a riscos?

- | | |
|--|--------------------------------|
| 1. Saúde vulnerável | 8. Mulheres |
| 2. Animais | 9. Indígenas |
| 3. Família de baixa renda | 10. Quilombolas |
| 4. Trabalhadores de linha de frente | 11. PCD |
| 5. Trabalhadores de ambientes externos | 12. Comunidades marginalizadas |
| 6. Crianças e jovens | 13. Turistas |
| 7. Idosos | 14. Pessoas em situação de rua |

GABINETE DE CRISE E GOVERNANÇA JURÍDICA EM DESASTRES



Gabinete de Prefeito(a), Procuradoria Geral Municipal e Planejamento na assistência humanitária

O **gabinete de crise** é **GOVERNANÇA**. O gabinete funciona como o centro de comando da gestão da emergência, promovendo a comunicação eficiente e o acompanhamento contínuo da situação. É a estrutura responsável por coordenar a resposta do município durante um evento extremo, reunindo o(a) **prefeito(a), secretários(as) municipais e demais órgãos estratégicos** para:

1. Tomar decisões rápidas
2. Integrar ações, definir prioridades
3. Otimizar recursos
4. Garantir uma atuação articulada na proteção da população
5. Redução dos impactos do desastre
6. Restabelecimento dos serviços essenciais

A função da **Chefia de Gabinete do Prefeito(a)** é **coordenar a governança da resposta**, em conjunto com a **Procuradoria Geral Municipal** para garantir a legalidade dos atos administrativos, dar suporte ao(à) Prefeito(a) na tomada de decisões e assegurar que os recursos públicos possam ser mobilizados de forma rápida e transparente. Articula ações e recursos entre o(a) Prefeito(a), a Defesa Civil, as secretarias municipais, o Governo do Estado, a União, o Ministério Público, o Poder Judiciário e os órgãos de controle.

Embora não execute diretamente ações de assistência humanitária, **a Secretaria de Planejamento fornece o suporte técnico e estratégico necessário para orientar a tomada de decisões durante as emergências**. Seu trabalho subsidia a identificação de áreas seguras para a instalação de abrigos temporários, centros de distribuição de donativos, rotas de evacuação, obras emergenciais e ações de reconstrução. Também **é responsável por apoiar o planejamento da recuperação do município**, promovendo uma reconstrução mais segura, ordenada e resiliente, reduzindo a exposição da população a novos riscos.

COMO O GABINETE MUNICIPAL PODERÁ SE PREPARAR?

Comece articulando algumas estratégias:

Governança

- › Instituir o Comitê Municipal de Gestão de Riscos e Desastres ou Gabinete de Crise Permanente ou Grupo de Trabalho multissetorial do Gabinete com todas as Secretarias Municipais.
- › Definir claramente as atribuições de cada secretaria.
- › Nomear pontos focais em todas as secretarias.
- › Atualizar periodicamente a composição do comitê ou Grupo de Trabalho.
- › Estabelecer a cadeia de comando e os níveis de decisão.
- › Fluxos de comunicação interna e externa.
- › Mobilização dos recursos com as secretarias.
- › Orientar o(a) Prefeito(a) a contratar a Equipe de Defesa Civil, equipar a sala e disponibilizar recursos para que o órgão possa ser regularizado e dispor de gerência preventiva e de enfrentamento.

Planejamento Multissetorial

- › Coordenar a elaboração e atualização do Plano de Contingência Municipal.
- › Garantir que cada secretaria possua seu Plano Setorial de Contingência e este guia poderá ajudar com essa organização.
- › Definir protocolos de atuação para diferentes tipos de desastres.
- › Elaborar lista de prioridades para atendimento da população.

Integração entre Secretarias

Sua função também será promover reuniões periódicas de alinhamento e monitoramento entre:

- › Defesa Civil
- › Saúde
- › Assistência Social
- › Educação
- › Infraestrutura
- › Meio Ambiente
- › Agricultura
- › Finanças
- › Comunicação
- › Procuradoria
- › Guarda Municipal

O objetivo aqui é alinhar procedimentos e responsabilidades antes da ocorrência de uma emergência.



Dica

Forme um grupo de trabalho com todas as secretarias envolvidas e seus técnicos para planejar juntos e atuar em conjunto na linha de frente.

Capacitação técnica

- › Articular treinamentos para gestores e servidores sobre gestão de riscos e resposta a desastres.
- › Organizar a capacitação para profissionais da Defesa Civil, Assistência Social e Saúde de forma direcionada.
- › Capacitar equipes para operação dos sistemas de monitoramento e alerta.
- › Preparar a equipe de Licitação, gestão de contratos e setor de compras, para aquisição de insumos em situações de calamidade.

Comunicação de riscos

Definir um protocolo oficial de comunicação de risco. Convidar rádios locais, blogueiros locais, influencers locais, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil para combinar os veículos de comunicação e sua disseminação:

- › Criar grupos institucionais de comunicação rápida.
- › Preparar modelos de notas oficiais, decretos, alertas e comunicados.
- › Identificar porta-vozes oficiais.
- › Articular meios de comunicação locais: rádios, grupos locais, carros de som, sistema de rádio amador.

Recursos e logística de preparação

Solicitar às secretarias o levantamento de:

- › Veículos disponíveis;
- › Máquinas e equipamentos;
- › Servidores mobilizáveis;
- › Estoques estratégicos;
- › Espaços que possam funcionar como abrigos;
- › Fornecedores para contratações emergenciais.

Articulação institucional

Manter relacionamento permanente com:

- › Defesa Civil Estadual
- › Hospitais
- › Corpo de Bombeiros
- › Universidades
- › Polícia Militar
- › Organizações da sociedade civil
- › Concessionárias de energia e Consórcios de abastecimento de água
- › Setor privado

Essa articulação facilita uma resposta mais rápida quando o desastre ocorre, porque o município pode encontrar, nesses parceiros, soluções e recursos para ajudar no enfrentamento.

Gestão documental organizada pela Procuradoria Municipal

Manter previamente organizados:

- › Modelos de decretos de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública;
- › Termos de referência para contratações emergenciais;
- › Portarias de criação do Gabinete de Crise;
- › Minutas de contratos;
- › Formulários para registro de danos e despesas.

Monitoramento

Acompanhar continuamente os informes e alertas em conjunto com a Defesa Civil, órgãos Estaduais e Federais



Importante

Quando houver previsão de eventos severos, convoque preventivamente o Gabinete de Crise e organize a Sala de Situação em conjunto com as Secretarias Municipais.



O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Nas primeiras 24 horas: **instale a governança da crise**

Assessorar o(a) prefeito(a)

Providencie imediatamente:

- › Instalação do Comitê Municipal de Gestão da Crise ou Grupo de Trabalho;
- › Definição da sala de situação;
- › Convocação dos secretários municipais;
- › Definição da cadeia de comando;
- › Nomeação dos responsáveis para cada eixo de resposta.

Coordenar reuniões diárias

Organize reuniões para:

- › Avaliar a evolução do desastre;
- › Consolidar informações das secretarias;
- › Definir prioridades;
- › Registrar decisões em atas.

Direcionar à PGM os atos administrativos

O gabinete deverá solicitar à Procuradoria, quando cabíveis:

Decretos

Decreto de Situação de Emergência

Decreto de Estado de Calamidade Pública (quando cabível)

Decretos de mobilização administrativa

Decretos de requisição administrativa de bens e serviços, quando necessário

Portarias

Nomeação do Comitê de Crise

Nomeação de grupos técnicos

Designação de servidores

Instituição de salas de situação

Atos normativos

Notas técnicas

Instruções normativas

Pareceres jurídicos

Minutas de contratos emergenciais

Apoiar o reconhecimento da situação de emergência

A Procuradoria deve conferir toda a documentação jurídica necessária para subsidiar a Defesa Civil no pedido de reconhecimento estadual e federal, verificando:

- › Fundamentação legal;
- › Regularidade dos atos;
- › Compatibilidade entre decretos, laudos e formulários técnicos;
- › Conformidade com a legislação vigente.

Esses atos são indispensáveis para facilitar o acesso a recursos extraordinários e medidas excepcionais previstas na legislação, através do reconhecimento do estado de crise em que o município se encontra.

Garantir segurança jurídica das contratações emergenciais

Durante a resposta ao desastre poderão ser necessárias:

- › Locação de máquinas
- › Contratação de transporte
- › Compra de alimentos
- › Locação de imóveis
- › Compra de medicamentos
- › Contratação de limpeza urbana
- › Aquisição de colchões
- › Aquisição de kits humanitários
- › Compra de combustível

A Procuradoria deve:

- › Elaborar parecer jurídico;
- › Orientar a contratação direta quando legalmente cabível;
- › Definir justificativas;
- › Elaborar minutas contratuais;
- › Acompanhar a execução contratual.

Apoiar financeiramente a resposta

Junto à Secretaria de Finanças:

Providenciar:

- › Abertura de créditos extraordinários;
- › Remanejamentos orçamentários;
- › Decretos financeiros;
- › Atos de suplementação;
- › Centro de Custos específicos para a emergência;
- › Registro de horas extras dos servidores mobilizados;
- › Registro de horas-máquina e utilização de veículos e equipamentos.

Coordenar a comunicação institucional

O Gabinete deve centralizar a comunicação oficial.

Divulgação: Use os meios que estiverem disponíveis e que tenham maior alcance populacional, como: rádios, grupos de WhatsApp locais e regionais, carros de som, sistema de rádio amador, rádios locais, blogueiros locais, influencers locais, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil.

- › **Áreas interditadas;**
- › **Locais dos abrigos;**
- › **Pontos de distribuição de donativos;**
- › **Serviços de saúde;**
- › **Telefones úteis;**
- › **Alertas oficiais.**



Evite

Informações conflitantes, boatos e notícias falsas.

Articular com órgãos externos

Manter comunicação permanente com:

- › Defesa Civil Estadual;
- › Governo do Estado;
- › Governo Federal;
- › Corpo de Bombeiros;
- › Polícia Militar;
- › Ministério Público;
- › Defensoria Pública;
- › Tribunal de Contas;
- › Câmara Municipal;
- › Concessionárias de energia, água, consórcios e telecomunicações.

SITUAÇÃO VOLTANDO À NORMALIDADE, O QUE FAZER?

Garantir transparência

- › Portal da transparência específico da emergência;
- › Unidade orçamentária específica para controle separado de despesas;
- › Publicação dos contratos;
- › Publicação dos decretos;
- › Prestação de contas desde o primeiro dia;
- › Prestação de contas dos recursos recebidos;
- › Divulgação da aplicação das doações.

Apoiar a captação de recursos

Auxiliar a Defesa Civil e as secretarias na elaboração de:

- › Planos de trabalho
- › Termos de referência
- › Minutas de convênios

Instrumentos jurídicos para recebimento de recursos estaduais, federais e de organismos internacionais.

Organizar documentos para Prestação de Contas

- › Decretos
- › Portarias
- › Relatórios
- › Pareceres
- › Contratos
- › Atas
- › Fotografias
- › Laudos técnicos
- › Comprovantes de despesas

Esse acervo é essencial para auditorias, prestações de contas e eventuais processos judiciais. Essa organização ajudará a comprovar que os recursos solicitados foram devidamente utilizados de acordo com a finalidade jurídica do pedido e da situação decretada.



Checklist do Chefe de Gabinete e da Procuradoria-Geral

☐	Assessorar diretamente o(a) Prefeito(a) na gestão da crise
☐	Instalar e coordenar o Comitê Municipal de Gestão da Crise
☐	Elaborar decretos, portarias e demais atos administrativos
☐	Garantir a legalidade das contratações e aquisições emergenciais
☐	Apoiar o reconhecimento da situação de emergência ou calamidade
☐	Coordenar a comunicação institucional e a articulação entre secretarias
☐	Manter interlocução com Estado, União, órgãos de controle e sistema de justiça
☐	Garantir transparência, publicidade e prestação de contas
☐	Organizar toda a documentação da resposta para fins de controle e auditoria
☐	Apoiar juridicamente a fase de recuperação e reconstrução do município

Na prática, **o Gabinete do(a) Prefeito(a) e a Procuradoria-Geral funcionam como o centro de comando administrativo e jurídico da resposta ao desastre**. Seu principal papel é assegurar que todas as secretarias atuem de forma coordenada, dentro da **legalidade**, com **rapidez**, **transparência** e **segurança jurídica**, permitindo que os serviços essenciais cheguem às famílias atingidas de maneira eficiente.

ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL



Coordenadoria de Defesa Civil

O papel da Defesa Civil na Gestão de Redução de Riscos e Desastres

O **Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil** é responsável por coordenar as ações de **gestão de riscos e desastres no município**, atuando de forma integrada com as demais secretarias, instituições públicas, iniciativa privada e sociedade civil. Seu papel vai além da resposta às emergências: **envolve o planejamento, prevenção, preparação, mitigação dos riscos, capacidade de resposta aos desastres e a recuperação das áreas afetadas e da governança institucional pós-desastre.**

Por meio da identificação e monitoramento das áreas de risco, elaboração de planos de contingência e gestão de riscos e desastres, implementação de sistemas de alerta, capacitação das equipes municipais e promoção da educação para a redução de riscos, **a Defesa Civil fortalece a capacidade do município de antecipar eventos extremos e minimizar seus impactos sobre a população.**

Quando um desastre ocorre, a Defesa Civil assume a coordenação das ações de resposta, articulando os diversos órgãos envolvidos, promovendo a avaliação de danos e necessidades, coordenando a assistência humanitária, apoiando a evacuação de áreas de risco e subsidiando o reconhecimento da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública. Na fase de recuperação, acompanha o restabelecimento dos serviços essenciais e contribui para que a reconstrução ocorra de forma mais segura e resiliente.

A atuação da Defesa Civil é essencial para proteger vidas, reduzir perdas humanas, materiais, ambientais e econômicas, fortalecer a resiliência do município e promover uma gestão pública preparada para enfrentar os desafios decorrentes dos eventos climáticos extremos e outros desastres.

O QUE FAZER ANTES DO DESASTRE ACONTECER?

Planejamento e Gestão do Risco

- › Elaborar, revisar e atualizar o Plano Municipal de Contingência e Emergência
- › Coordenar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil
- › Atualizar o Plano de evacuação das áreas de risco
- › Instituir e manter o Gabinete de Crise em conjunto com o Gabinete Municipal
- › Definir protocolos de atuação para cada secretaria em conjunto com o Gabinete Municipal

Identificação e monitoramento das áreas de risco – Mapeamento

- | | |
|-----------------|------------------|
| › Inundações | › Queimadas |
| › Enxurradas | › Estiagens |
| › Deslizamentos | › Ventos fortes |
| › Erosões | › Ondas de calor |

Atualizar o cadastro das áreas de risco.

Identificar a população exposta.

Monitoramento e alerta

- › Monitorar continuamente previsões meteorológicas e hidrológicas
- › Acompanhar alertas dos órgãos oficiais
- › Manter sistemas municipais de monitoramento
- › Definir níveis de alerta e protocolos de acionamento
- › Implantar sistemas de alerta e alarme
- › Adaptar a inserção de carros de som, rádios amadores, blogs locais, rádios locais, influencers locais



Atenção

Cada município tem sua própria realidade — a comunicação de alerta e alarme para a população deve ser adaptada ao que funciona melhor na cidade e que proporcione o maior alcance populacional. Use todos os meios de comunicação disponíveis para alertar a população.

Preparação da população

- › Desenvolver campanhas educativas
- › Orientar moradores das áreas de risco
- › Elaborar rotas de fuga
- › Sinalizar áreas vulneráveis
- › Realizar simulados de evacuação

Integração institucional

- › Gabinete do Prefeito
- › Saúde
- › Assistência Social
- › Educação
- › Infraestrutura
- › Meio Ambiente
- › Agricultura
- › Segurança Pública
- › Concessionárias de energia
- › Concessionárias de abastecimento de água
- › Corpo de Bombeiros
- › Polícia Militar

Capacitação e treinamentos

- › Treinar equipes municipais
- › Capacitar voluntários
- › Realizar exercícios simulados
- › Atualizar protocolos operacionais

Planejamento logístico e mobilidade urbana

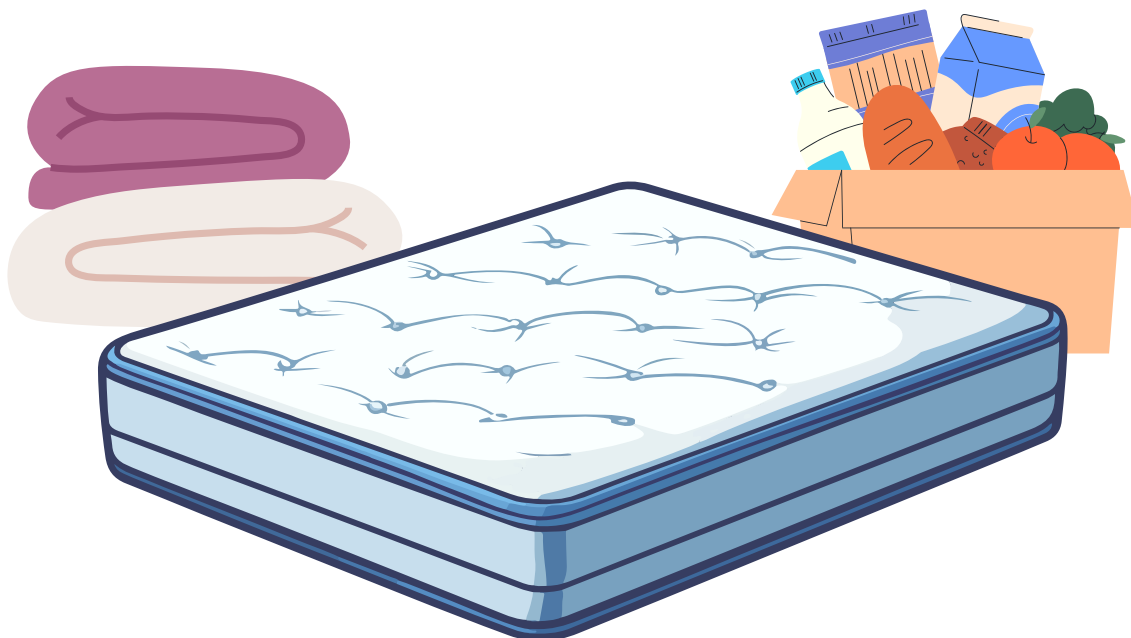
- › Abrigos temporários
- › Rotas de evacuação
- › Pontos de apoio
- › Depósitos de suprimentos
- › Fornecedores estratégicos

Parceria com Secretaria de Obras e intervenções de mitigação

- › Limpeza e desobstrução de canais, rios e galerias
- › Estabilização de encostas
- › CONTENÇÃO de taludes
- › Drenagem urbana
- › Recuperação de margens de rios
- › Implantação de bacias de retenção
- › Construção e manutenção de sistemas de drenagem
- › Poda preventiva de árvores com risco de queda

Insumos estratégicos

- › Lonas
- › Colchões
- › Cobertores
- › Kits de higiene
- › Kits de limpeza
- › Água potável
- › Cestas básicas
- › Combustível
- › Rádios de comunicação
- › Geradores
- › Equipamentos de proteção individual (EPIs)
- › Sinalização de emergência



O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Primeiras 24 a 72 horas: **ativação da resposta de proteção e defesa civil humanitária**

Coordenação da resposta – 24h

- › Ativar o Plano de Contingência
- › Instalar o Gabinete de Crise em conjunto com as demais secretarias municipais
- › Coordenar a Sala de Situação
- › Acionar todas as secretarias municipais
- › Integrar a resposta com Estado e União

Monitoramento operacional

- › Acompanhar continuamente a evolução do desastre
- › Atualizar mapas das áreas afetadas
- › Registrar ocorrências
- › Produzir boletins operacionais

Proteção da população - Emitir alertas

- › Coordenar evacuações
- › Isolar áreas de risco
- › Orientar a população
- › Apoiar operações de busca e salvamento com os órgãos competentes

Assistência humanitária

Coordenar, em conjunto com a Assistência Social, a logística de distribuição de:

- › Água potável
- › Alimentos
- › Colchões
- › Cobertores
- › Kits de higiene
- › Kits de limpeza
- › Lonas
- › Roupas
- › Outros donativos

Gestão dos abrigos – conjuntamente com a Guarda Municipal

- › Apoiar a abertura dos abrigos
- › Acompanhar a ocupação
- › Garantir condições mínimas de segurança contra violações à vida e à dignidade humana
- › Apoiar a logística de funcionamento

Avaliação de danos

- › Danos humanos
- › Danos materiais
- › Danos ambientais
- › Danos à infraestrutura
- › Interrupção dos serviços essenciais

Comunicação

- › Divulgar alertas oficiais
- › Informar rotas seguras
- › Divulgar locais de abrigo
- › Informar pontos de distribuição de ajuda humanitária
- › Combater desinformação

Serviços ofertados durante o enfrentamento

- › Coordenação da resposta municipal
- › Monitoramento do desastre
- › Emissão de alertas
- › Evacuação preventiva
- › Apoio à assistência humanitária
- › Coordenação da abertura de abrigos
- › Avaliação preliminar de danos
- › Articulação entre instituições

Insumos mobilizados durante o enfrentamento

- › Água potável
- › Lonas
- › Colchões
- › Cobertores
- › Kits de higiene
- › Kits de limpeza
- › Cestas básicas
- › Equipamentos de sinalização
- › EPIs
- › Combustível
- › Equipamentos de comunicação
- › Geradores
- › Veículos e máquinas

SITUAÇÃO VOLTANDO À NORMALIDADE, O QUE FAZER?

Avaliação detalhada dos danos

- › Atualizar os levantamentos técnicos
- › Consolidar os registros de perdas e danos
- › Apoiar a elaboração dos relatórios necessários para solicitação de recursos
- › Apoiar o processo de reconhecimento estadual e federal da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública

Apoio à recuperação

- › Acompanhar o retorno seguro das famílias
- › Monitorar áreas interditadas
- › Coordenar novas vistorias técnicas
- › Atualizar mapas de risco

Reconstrução resiliente

- › Apoiar o planejamento da reconstrução
- › Incentivar soluções que reduzam riscos futuros
- › Revisar procedimentos adotados durante a resposta

Revisão dos planos

- › Avaliar o desempenho da resposta
- › Identificar lições aprendidas
- › Atualizar o Plano de Contingência
- › Aperfeiçoar protocolos operacionais

Checklist da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

☐	Atualizar o Plano de Contingência
☐	Mapear áreas de risco e população exposta
☐	Monitorar previsões e emitir alertas
☐	Capacitar equipes e realizar simulados
☐	Integrar todas as secretarias
☐	Organizar abrigos, rotas de fuga e estoques estratégicos
☐	Ativar o Gabinete de Crise
☐	Coordenar a resposta municipal
☐	Emitir alertas e apoiar evacuações
☐	Coordenar a assistência humanitária
☐	Avaliar danos e necessidades
☐	Produzir boletins e manter a comunicação oficial
☐	Consolidar a avaliação de danos
☐	Apoiar o restabelecimento dos serviços essenciais
☐	Monitorar áreas afetadas
☐	Coordenar ações de recuperação e reconstrução
☐	Atualizar planos e protocolos com base nas lições aprendidas



Atenção

A Defesa Civil não substitui as demais secretarias municipais. Sua função principal é coordenar e integrar as ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, garantindo que cada órgão cumpra seu papel de forma articulada e eficiente para proteger a população e reduzir os impactos dos desastres.

Acompanhamento no pós-desastre

- › Avaliação técnica de danos
- › Vistorias em áreas afetadas
- › Apoio ao retorno seguro da população
- › Monitoramento contínuo das áreas de risco
- › Planejamento da reconstrução
- › Revisão dos planos de contingência
- › Produção de relatórios técnicos



ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA DE SAÚDE EM DESASTRES



Assistência Humanitária de Saúde

A **Secretaria Municipal de Saúde** desempenha um papel essencial na assistência humanitária, **garantindo a proteção da saúde da população afetada por desastres**. Sua atuação envolve a prestação de **atendimento médico e de enfermagem, a vigilância epidemiológica e sanitária, a prevenção e o controle de surtos de doenças, a garantia da qualidade da água e dos alimentos, a assistência farmacêutica, o apoio à saúde mental e a continuidade dos serviços essenciais de saúde.**

Em conjunto com a Defesa Civil e as demais secretarias, a saúde contribui para **reduzir os riscos à vida, minimizar agravos e promover condições adequadas de saúde e bem-estar durante a resposta e a recuperação do desastre.**

Como a Secretaria Municipal de Saúde poderá se preparar?

Planejamento e coordenação da Saúde

- › Participar da elaboração e atualização do Plano Municipal de Contingência
- › Elaborar o Plano Setorial de Contingência da Saúde para diferentes tipos de desastres (enchentes, deslizamentos, secas, queimadas, ondas de calor, vendavais etc)
- › Manter cadastros atualizados para identificar quem precisará de ajuda primeiro (pacientes oxigenodependentes, hemodiálise, tratamento oncológico, dependentes de equipamentos eletrônicos, doenças raras e outros)
- › Designar um ponto focal da Secretaria de Saúde para atuação no Gabinete de Crise
- › Definir protocolos para resposta rápida e contínua dos serviços de saúde

Mapeamento de riscos e vulnerabilidades

Em parceria com a Defesa Civil, Meio Ambiente, Infraestrutura e Assistência Social:

- › Identificar unidades de saúde localizadas em áreas de risco
- › Mapear comunidades mais vulneráveis
- › Identificar populações prioritárias, como idosos, gestantes, crianças, pessoas com deficiência, acamados e pacientes com doenças crônicas
- › Atualizar o cadastro de pacientes que dependem de equipamentos elétricos (como concentradores de oxigênio) ou de medicações de uso contínuo - Hiperdia

Garantia da continuidade dos serviços de saúde

- › Elaborar planos de contingência para manter o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, hospitais e serviços de urgência
- › Definir unidades de referência caso algum estabelecimento fique inoperante
- › Planejar rotas alternativas para deslocamento de equipes e ambulâncias
- › Verificar sistemas de energia de emergência como geradores, abastecimento de água e comunicação
- › Quantitativo de leitos
- › Quantitativo de médicos plantonistas
- › Quantitativo de médicos nas UBS
- › Quantitativo de enfermeiros e técnicos de enfermagem
- › Quantitativo de frota (ambulâncias / embarcações)

Organização de estoques estratégicos

Manter estoque mínimo de:

- › Medicamentos essenciais
- › Medicamentos de uso contínuo - Hipertensão
- › Soros de reidratação oral
- › Materiais para curativos
- › Equipamentos de proteção individual (EPIs)
- 6. Hipoclorito de sódio para desinfecção da água
- › Repelentes, quando aplicável
- › Estabelecer procedimentos para reposição rápida dos insumos

Vigilância em Saúde Humanitária

Em conjunto com a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e de Zoonoses:

- › Elaborar protocolos para monitoramento de doenças relacionadas a desastres
- › Intensificar ações de controle de vetores em áreas de maior risco
- › Planejar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano
- › Definir fluxos para investigação e notificação de surtos

Capacitação das equipes

Promover treinamentos e capacitações para:

- › Atendimento a múltiplas vítimas
- › Primeiros socorros
- › Vigilância epidemiológica em desastres
- › Manejo clínico de leptospirose, doenças diarreicas, doenças respiratórias e agravos relacionados ao calor e à fumaça
- › Atendimento psicossocial em situações de emergência voltado à psicologia dos desastres

Integração com outras secretarias

Estabelecer fluxos de atuação conjunta com:

Defesa Civil: monitoramento de riscos, emissão de alertas e definição de áreas prioritárias.

Assistência Social: organização do atendimento nos abrigos e identificação de pessoas vulneráveis.

Educação: planejamento para utilização de escolas como abrigos e ações de educação em saúde.

Infraestrutura e saneamento: abastecimento de água, limpeza urbana e manejo de resíduos.

Meio Ambiente: monitoramento de riscos ambientais e qualidade da água.

Comunicação: elaboração de campanhas de prevenção e orientações à população.

Comunicação de risco

Preparar materiais educativos sobre:

- › Cuidados com enchentes e alagamentos
- › Prevenção da leptospirose
- › Consumo seguro de água e alimentos
- › Prevenção de arboviroses
- › Cuidados durante ondas de calor, queimadas e baixa umidade
- › Higiene em abrigos temporários
- › Definir canais oficiais para divulgação de alertas e orientações

Exercícios simulados

Participar de simulados municipais para testar:

- › Atendimento pré-hospitalar
- › Funcionamento das unidades de saúde em situação de emergência
- › Atendimento em abrigos
- › Fluxos de referência e contrarreferência
- › Comunicação entre equipes
- › Após cada simulado, revisar protocolos e incorporar as lições aprendidas

Monitoramento e alerta

Acompanhar continuamente:

- › Indicadores epidemiológicos
- › Qualidade da água

Ocorrência de doenças sazonais que possam ser agravadas por eventos extremos.

O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Primeiras 24 a 72 horas: ativação da resposta em saúde humanitária

Juntar-se ao gabinete de crise com todas as secretarias para decisões e estratégias em conjunto.

1. Levantar informações sobre o desastre;
2. Mapear áreas afetadas;
3. Identificar riscos à saúde;
4. Monitorar danos à infraestrutura de saúde;
5. Coordenar equipes e recursos.

Levantar informações prioritárias

- | | |
|--|---|
| › Número de feridos | › Gestantes |
| › Óbitos | › Crianças |
| › Desaparecidos | › Idosos |
| › Desalojados | › Pessoas com deficiência |
| › Desabrigados | › Pessoas com doenças crônicas |
| › Pacientes acamados em áreas expostas | › Pacientes dependentes de medicamentos contínuos |

Garantir atendimento à população atingida

Atendimento pré-hospitalar

- › SAMU (se disponível)
- › Ambulâncias municipais
- › Embarcações
- › Equipes móveis
- › Postos de atendimento avançado

Prioridades:

- › Traumas
- › Afogamentos
- › Fraturas
- › Ferimentos
- › Queimaduras
- › Acidentes com animais peçonhentos

Atendimento nas unidades de saúde

Garantir funcionamento de:

- › UBS
- › Policlínicas
- › Hospitais
- › Unidades de Pronto Atendimento

Se necessário:

- › Estender horários
- › Criar unidades temporárias
- › Implantar postos de saúde nos abrigos

Atenção à população desabrigada ou desalojada – monitoramento contínuo

- › Estado nutricional
- › Doenças respiratórias
- › Doenças diarreicas
- › Gestantes
- › Crianças
- › Pessoas com deficiência
- › Idosos

Serviços mínimos nos abrigos

- › Assistência médica
- › Consultas médicas
- › Atendimento de enfermagem
- › Curativos
- › Administração de medicamentos

Assistência farmacêutica

- › Anti-hipertensivos
- › Antidiabéticos
- › Antibióticos
- › Analgésicos
- › Antitérmicos
- › Insulina
- › Medicamentos para saúde mental

Vigilância epidemiológica - Monitorar diariamente:

Doenças diarreicas agudas

Relacionadas a:

- › Água contaminada
- › Falta de saneamento

Doenças transmitidas por vetores

- › Dengue
- › Zika
- › Chikungunya
- › Febre Oropouche
- › Febre amarela

Doenças respiratórias

Especialmente em abrigos:

- › Influenza
- › COVID-19
- › Pneumonias

Leptospirose – observação após:

- › Enchentes
- › Inundações
- › Alagamentos
- › Monitorar casos suspeitos e iniciar tratamento precocemente

Vigilância da qualidade da água

- › Água distribuída por carros-pipa
- › Poços
- › Reservatórios
- › Sistemas alternativos de abastecimento

Vigilância sanitária

Fiscalizar para evitar surtos alimentares e contaminações:

- › Abrigos
- › Cozinhas comunitárias
- › Distribuição de alimentos
- › Reservatórios de água
- › Manipulação de alimentos

Controle de vetores e zoonoses

- › Mosquitos
- › Ratos
- › Escorpiões
- › Cobras

Saúde mental e apoio psicossocial – Atendimento psicológico

Os impactos psicológicos costumam ser extensos com agravos em ansiedade, depressão, luto e transtorno de estresse pós-traumático. A Secretaria deve disponibilizar atendimento psicológico às:

- › Famílias atingidas
- › Pessoas enlutadas
- › Crianças
- › Equipes de resposta

Imunização

- › Tétano
- › Hepatite B
- › Influenza
- › COVID-19
- › Campanhas emergenciais

Quando houver recomendação epidemiológica.

Insumos estratégicos que devem ser disponibilizados

- › Medicamentos
- › Antibióticos
- › Analgésicos
- › Antitérmicos
- › Anti-inflamatórios
- › Hipertensivos
- › Antidiabéticos
- › Insulina
- › Sais de reidratação oral

Materiais médico-hospitalares

- › Luvas
- › Máscaras
- › Aventais
- › Gaze
- › Ataduras
- › Soro fisiológico
- › Equipamentos para curativos

Insumos de prevenção

- › Hipoclorito de sódio
- › Álcool em gel
- › Sabão
- › Repelentes
- › Mosquiteiros

Comunicação de risco à população

- › Água segura
- › Alimentos seguros
- › Cuidados pós-enchente
- › Sintomas de alerta

Dica

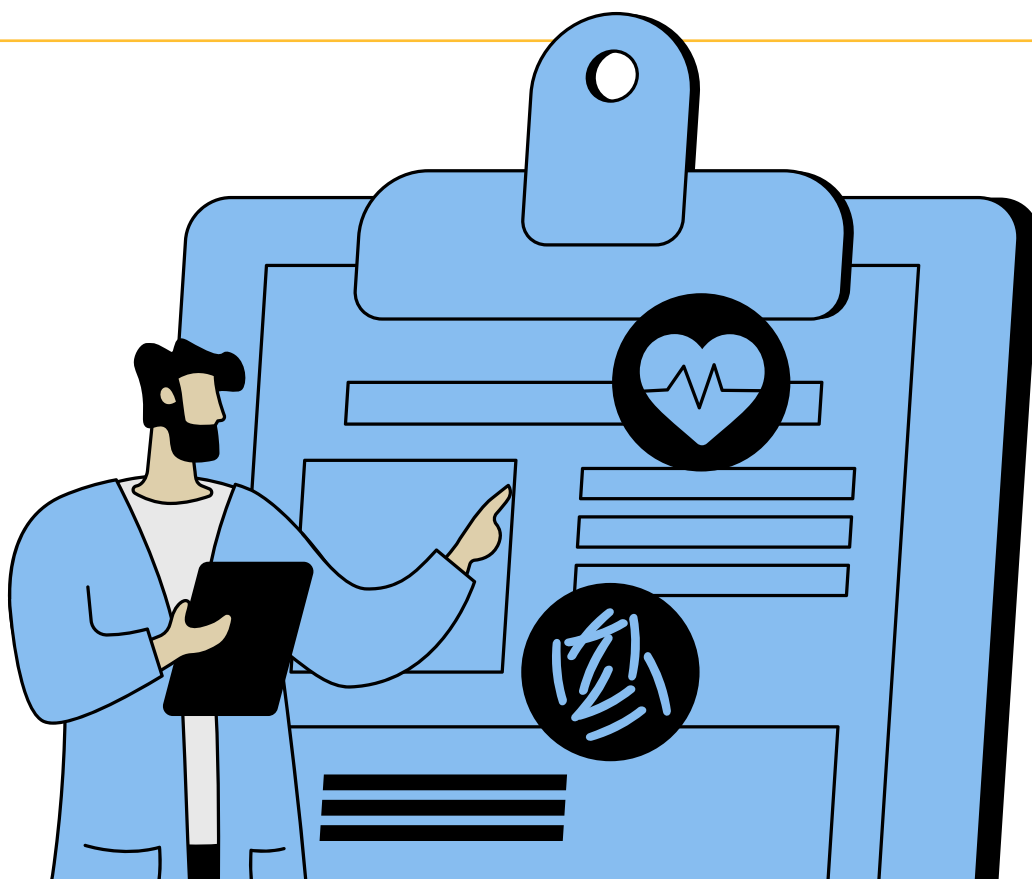
Articular com os hemocentros locais e regionais para monitorar a disponibilidade de sangue e hemocomponentes, bem como apoio logístico para estoques, especialmente quando houver grande número de vítimas.

Recuperação pós-desastre**Até 30 dias**

- › Busca ativa de casos
- › Recuperação da cobertura vacinal
- › Avaliação nutricional
- › Continuidade do tratamento de crônicos

Até 90 dias

- › Monitoramento epidemiológico ampliado
- › Reabilitação de feridos
- › Fortalecimento da saúde mental
- › Avaliação dos impactos sanitários do desastre



Checklist da Secretaria Municipal de Saúde

☐	Instalar Sala de Situação em Saúde
☐	Levantar número de feridos, óbitos e expostos
☐	Garantir funcionamento das unidades de saúde
☐	Implantar atendimento nos abrigos
☐	Garantir medicamentos essenciais
☐	Monitorar surtos e doenças transmissíveis
☐	Monitorar qualidade da água
☐	Fiscalizar alimentos e abrigos
☐	Controlar vetores e zoonoses
☐	Ofertar apoio psicossocial
☐	Atualizar vacinação
☐	Realizar comunicação de risco
☐	Produzir boletins epidemiológicos diários

ASSISTÊNCIA SOCIAL HUMANITÁRIA EM DESASTRES



Assistência Social Humanitária

O que fazer antes do desastre acontecer?

Planejamento e organização

- › Participar da elaboração e atualização do Plano Municipal de Contingência
- › Elaborar o Plano Setorial de Contingência da Assistência Social
- › Definir protocolos de atendimento para diferentes tipos de desastres
- › Designar representantes da Secretaria para integrar o Gabinete de Crise e a Sala de Situação

Mapeamento das vulnerabilidades sociais

Em parceria com a Defesa Civil, Saúde, Habitação e Planejamento:

- › Identificar comunidades localizadas em áreas de risco
- › Mapear famílias em situação de vulnerabilidade social
- › Atualizar o Cadastro Único (CadÚnico) e outros cadastros municipais

Identificar previamente grupos vulneráveis e prioritários, como:

- › Crianças e adolescentes
- › Idosos
- › Gestantes
- › Pessoas com deficiência
- › Famílias monoparentais
- › Pessoas em situação de rua
- › Comunidades tradicionais

Planejamento dos abrigos temporários

Em articulação com as Secretarias de Educação, Saúde, Infraestrutura e Defesa Civil:

- › Identificar locais aptos para funcionamento de abrigos temporários
- › Definir fluxos de acolhimento, cadastro e permanência das famílias
- › Verificar acessibilidade, capacidade, segurança e infraestrutura
- › Elaborar protocolos para funcionamento dos abrigos



Atenção

Homens não podem ficar no mesmo abrigo que mulheres e crianças — os abrigos devem ser separados.

Exceção: quando o homem é o responsável ou tutor monoparental de crianças ou pessoas com deficiência, nestes casos, o serviço social deverá realizar avaliação situacional.

Organização dos benefícios eventuais

- › Auxílio-alimentação
- › Auxílio vulnerabilidade temporária
- › Aluguel social, quando previsto
- › Auxílio funeral

Planejamento da assistência humanitária

- › Locais para recebimento de doações
- › Equipes responsáveis pela triagem e armazenamento
- › Sistema de controle de estoque
- › Logística de distribuição de donativos
- › Cesta de alimentos
- › Kit de higiene
- › Kit de limpeza
- › Colchões
- › Cobertores
- › Roupas de cama

Capacitação das equipes

Promover treinamentos para profissionais do SUAS sobre:

- › Atendimento em situações de emergência
- › Gestão de abrigos temporários
- › Acolhimento humanizado
- › Proteção de grupos vulneráveis
- › Cadastramento de famílias atingidas
- › Apoio psicossocial em desastres

Integração com outras secretarias

Defesa Civil: compartilhamento de informações sobre áreas afetadas e acionamento dos serviços socioassistenciais.

Saúde: atendimento integrado nos abrigos e encaminhamento de pessoas com necessidades de saúde.

Educação: utilização de escolas como abrigos temporários e proteção de crianças e adolescentes.

Habitação e Infraestrutura: identificação de famílias que necessitarão de soluções habitacionais temporárias ou definitivas.

Segurança Pública e Guarda Municipal: apoio à segurança dos abrigos e à proteção da população acolhida.

Comunicação com a população

Preparar materiais informativos sobre:

- › Funcionamento dos serviços socioassistenciais durante emergências
- › Localização dos abrigos
- › Documentos necessários para cadastro
- › Acesso aos benefícios eventuais;
- › Canais oficiais para solicitação de apoio

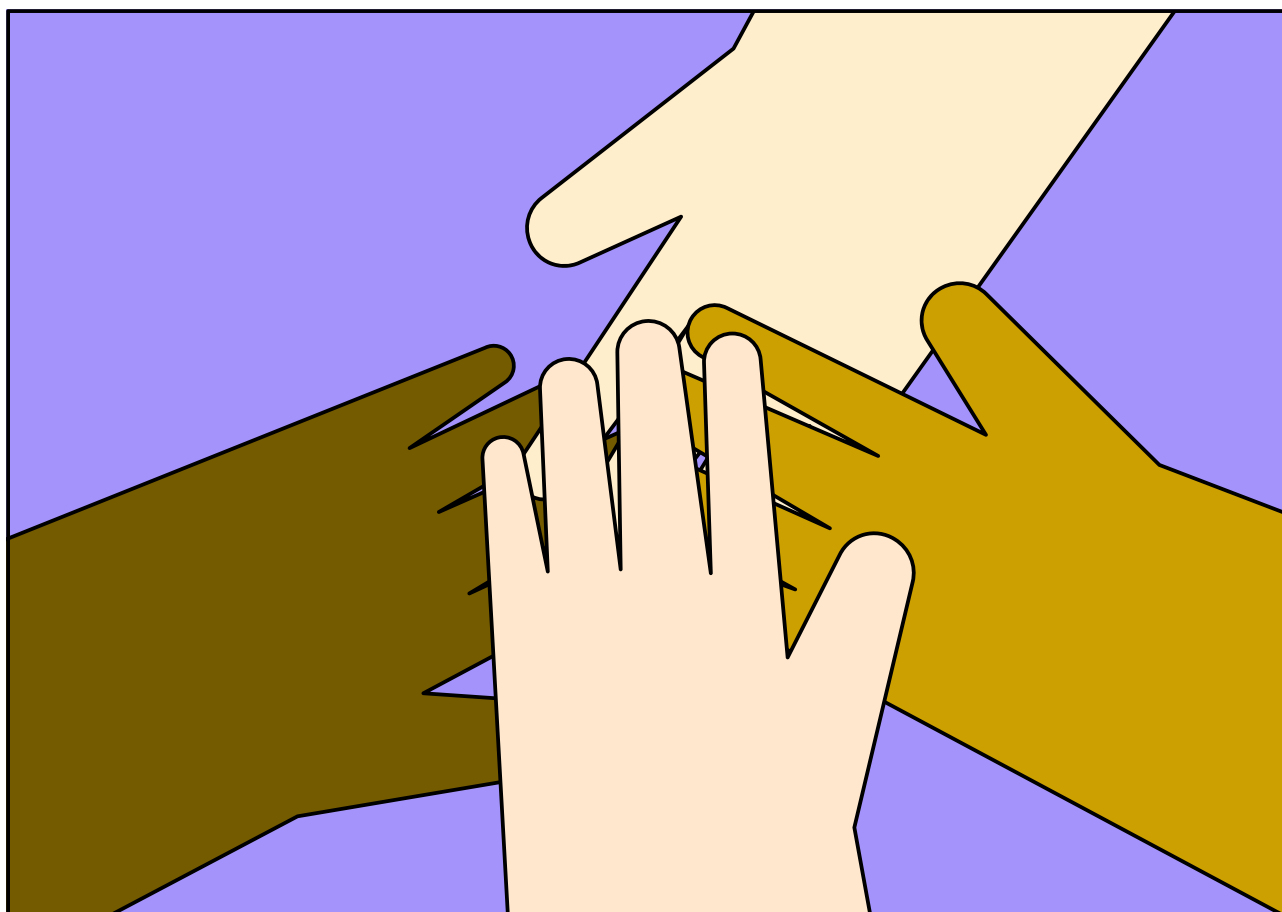
Exercícios simulados

Participar e articular simulados municipais para testar:

- › Abertura de abrigos
- › Cadastramento das famílias
- › Distribuição de ajuda humanitária
- › Articulação entre CRAS, CREAS e Defesa Civil
- › Integração com as demais secretarias
- › Registrar as lições aprendidas para aperfeiçoar os planos

Fortalecimento da rede socioassistencial

- › Organizações da sociedade civil
- › Entidades religiosas
- › Voluntários cadastrados
- › Conselhos municipais – Conselho Tutelar
- › Instituições de acolhimento
- › Bancos de alimentos e parceiros privados



O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Organize equipes para: **primeiras 24h a 72h**

- Levantamento das áreas afetadas - (Cadastro simplificado emergencial e Sistemas de Defesa Civil)
- Cadastro das famílias atingidas - (CadÚnico)

Identificação de:

- | | |
|-------------------------|---------------------------------------|
| › Desabrigados | › Pessoas com deficiência |
| › Desalojados | › Gestantes |
| › Pessoas desaparecidas | › Crianças e adolescentes |
| › Óbitos | › Famílias em extrema vulnerabilidade |
| › Idosos | |

A Secretaria deverá organizar a distribuição de insumos mínimos:

- | | |
|-------------------|----------------|
| › Colchões | › Fraldas |
| › Cobertores | › Absorventes |
| › Travesseiros | › Água potável |
| › Lençóis | › Alimentação |
| › Kits de higiene | |

ATENDIMENTO AOS DESABRIGADOS NAS PRIMEIRAS 24H A 72H

Serviços obrigatórios e acolhimento provisório em:

- › Escolas
- › Ginásios
- › Centros comunitários
- › Igrejas

Abrigos temporários

Devem conter estrutura mínima:

- › Espaço seguro
- › Banheiros
- › Água potável
- › Alimentação
- › Energia
- › Higiene
- › Segurança



Atendimento aos desalojados

Essas famílias também devem ser cadastradas e acompanhadas em:

- › Benefícios eventuais
- › Cestas básicas
- › Kits de limpeza
- › Auxílio aluguel (quando previsto em legislação municipal)
- › Apoio para emissão de documentos perdidos
- › Reunificação familiar de pessoas separadas durante o desastre

Atenção: Muitas vezes representam o maior contingente de atingidos.

Prioridades:

- › Água
- › Alimentos
- › Medicamentos (via Saúde)
- › Colchões
- › Cobertores
- › Produtos de higiene
- › Roupas
- › Auxílio funeral (em caso de óbitos)

Situação voltando à normalidade, o que fazer?

Apoiar a população juridicamente em conjunto com a Defensoria Pública.

Orientar as famílias sobre:

- › Segunda via de documentos
- › Benefícios sociais
- › Auxílio aluguel
- › Direitos dos atingidos
- › Indenizações (quando cabíveis)
- › Programas habitacionais

Checklist da Assistência Social em Desastres

☐	Instalar sala de situação da assistência social
☐	Levantar número de atingidos
☐	Cadastrar desabrigados e desalojados
☐	Abrir abrigos temporários
☐	Distribuir água, alimentos e kits
☐	Conceder benefícios eventuais
☐	Garantir proteção de grupos vulneráveis
☐	Organizar gestão de donativos
☐	Realizar apoio psicossocial
☐	Alimentar relatórios para Defesa Civil
☐	Planejar recuperação das famílias

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA



Mobilidade Territorial e Infraestrutura Urbana

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, que cuida da Mobilidade Urbana, desempenha um papel estratégico na gestão de redução de riscos e desastres, atuando na prevenção, preparação, resposta e recuperação de áreas afetadas por eventos extremos. Sua atuação é essencial para garantir a segurança da infraestrutura urbana, a mobilidade da população e das equipes de emergência, bem como a continuidade dos serviços públicos indispensáveis à proteção da vida e ao funcionamento do município.

Na fase de **prevenção, a Secretaria é responsável por executar ações de manutenção preventiva e obras de mitigação**, como limpeza e desobstrução dos sistemas de drenagem, estabilização de encostas, manutenção de pontes, vias e galerias pluviais, além da identificação e correção de pontos críticos da infraestrutura urbana. Essas intervenções reduzem a vulnerabilidade do território e minimizam os impactos provocados por chuvas intensas, inundações, deslizamentos e outros eventos extremos. Durante a preparação, cabe à Secretaria planejar a mobilização de equipes, máquinas, equipamentos e rotas estratégicas, garantindo condições para uma resposta rápida e eficiente.

Já na fase de resposta, sua atuação concentra-se na desobstrução de vias, remoção de escombros, avaliação da segurança das estruturas, apoio à instalação de abrigos temporários e manutenção da mobilidade necessária para o acesso das equipes de resgate e da assistência humanitária às áreas afetadas.

No período de recuperação, a Secretaria lidera a reconstrução da infraestrutura danificada, o restabelecimento da mobilidade urbana e a execução de obras resilientes, incorporando soluções que reduzam a ocorrência de novos danos e fortaleçam a capacidade adaptativa do município frente às mudanças do clima.

A Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana contribui diretamente para a redução dos riscos de desastres, protegendo a população, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e promovendo cidades mais seguras, resilientes e preparadas para enfrentar eventos extremos.

O QUE FAZER ANTES DO DESASTRE ACONTECER?

Planejamento

- › Participar da elaboração e atualização do Plano Municipal de Contingência
- › Elaborar o Plano Setorial de Contingência da Infraestrutura e Mobilidade
- › Designar representantes para o Gabinete de Crise
- › Definir protocolos de atuação para eventos extremos

Mapeamento da infraestrutura crítica

Em conjunto com a Defesa Civil e Planejamento, realizar a identificação de:

- › Pontes
- › Bueiros
- › Galerias pluviais
- › Canais
- › Taludes
- › Encostas
- › Vias com histórico de alagamentos
- › Estradas vicinais
- › Equipamentos públicos estratégicos

Priorizar inspeções periódicas.

Manutenção preventiva

Executar regularmente

- › Limpeza de galerias pluviais
- › Limpeza de canais
- › Desobstrução de bueiros
- › Drenagem urbana
- › Manutenção de pontes
- › Manutenção de estradas vicinais
- › Poda preventiva de árvores preservando áreas que possam oferecer sombreamento para a população devido ao calor extremo)
- › Estabilização de encostas
- › Recuperação de pavimentos críticos

Planejamento da mobilidade

- › Definir rotas alternativas
- › Mapear vias prioritárias para emergência
- › Identificar acessos aos hospitais, abrigos e centros de distribuição
- › Planejar desvios de trânsito

Levantamento de recursos

Inventariar:

- › Retroescavadeiras
- › Escavadeiras
- › Caminhões
- › Caminhões-pipa -motobomba
- › Motoniveladoras
- › Tratores
- › Caminhões basculantes
- › Equipamentos de iluminação
- › Geradores
- › Verificar contratos que possam ser acionados emergencialmente
- › Embarcações – quando aplicável ao município

Capacitação técnica

Treinar equipes para:

- › Desobstrução de vias
- › Avaliação preliminar de estruturas
- › Operação de máquinas em emergências
- › Apoio às ações da Defesa Civil

Integração Multissetorial entre Secretarias

Articular ações com:

- › Defesa Civil
- › Meio Ambiente
- › Saúde
- › Assistência Social
- › Segurança Pública
- › Concessionárias de água
- › Concessionárias de energia



O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Primeiras 24 a 72 horas: **ativação da resposta humanitária**

Garantir a mobilidade urbana

Priorizar:

- › Desobstrução de vias
- › Remoção de árvores
- › Retirada de barreiras
- › Recuperação emergencial de acessos
- › Sinalização de áreas interditadas

Garantir acesso para:

- › Ambulâncias
- › Bombeiros
- › Defesa Civil
- › Distribuição de donativos
- › Transporte de pacientes

Apoio às operações de emergência

Disponibilizar:

- › Máquinas pesadas
- › Caminhões
- › Operadores
- › Equipes técnicas

Apoiar:

- › Evacuações
- › Abertura de acessos
- › Retirada de escombros
- › Transporte de insumos

Avaliação da infraestrutura

Realizar vistorias em:

- › Pontes
- › Prédios públicos
- › Escolas
- › Unidades de saúde
- › Vias
- › Encostas
- › Identificar riscos de colapso e recomendar interdições
- › Sistema de abastecimento de água
- › Redes de iluminação pública

Apoio aos abrigos temporários

Em conjunto com Assistência Social, providenciar:

- › Montagem de estruturas
- › Instalação de divisórias
- › Iluminação
- › Banheiros químicos, quando necessário
- › Acessibilidade
- › Manutenção predial

Apoio logístico à assistência humanitária

Garantir transporte de:

- › Água potável
- › Alimentos
- › Colchões
- › Cobertores
- › Kits de higiene
- › Medicamentos
- › Equipamentos
- › Animais vivos e mortos

Serviços ofertados durante o enfrentamento

- › Desobstrução de vias públicas
- › Remoção de árvores e escombros
- › Recuperação emergencial de acessos
- › Avaliação estrutural de edificações
- › Apoio à instalação de abrigos
- › Transporte de insumos humanitários
- › Operação de máquinas pesadas.
- › Sinalização e isolamento de áreas de risco

Insumos e equipamentos mobilizados

- › Retroescavadeiras
- › Escavadeiras hidráulicas
- › Caminhões basculantes
- › Caminhões-pipa
- › Motoniveladoras
- › Pá carregadeira
- › Tratores
- › Geradores
- › Torres de iluminação
- › Barreiras móveis
- › Cones
- › Cavaletes
- › Fitas de isolamento
- › Equipamentos de proteção individual (EPIs)
- › Ferramentas para remoção de escombros

SITUAÇÃO VOLTANDO À NORMALIDADE, O QUE FAZER?

Avaliação dos danos

Realizar levantamento técnico de:

- › Vias danificadas
- › Pontes
- › Drenagem
- › Equipamentos públicos
- › Edificações municipais
- › Elaborar relatórios para subsidiar projetos de reconstrução

Reestabelecimento da infraestrutura

Executar:

- › Recuperação de pavimentos
- › Reconstrução de pontes
- › Recuperação da drenagem
- › Limpeza urbana
- › Reconstrução de equipamentos públicos

Apoio ao retorno das famílias

Garantir condições seguras de acesso às áreas liberadas. Executar:

- › Limpeza das vias
- › Remoção de resíduos
- › Reparos emergenciais

Reconstrução resiliente

Priorizar obras que reduzam riscos futuros:

- › Ampliação da drenagem
- › Soluções baseadas na natureza
- › Estabilização de encostas
- › Melhoria da infraestrutura urbana

Revisão dos planos

- › Avaliar o desempenho das ações
- › Revisar o Plano Setorial de Contingência
- › Atualizar protocolos
- › Incorporar as lições aprendidas

Serviços ofertados no pós-desastre

- › Recuperação da infraestrutura urbana
- › Limpeza urbana pós-desastre
- › Reconstrução de equipamentos públicos
- › Avaliação técnica das estruturas
- › Apoio às obras de reconstrução
- › Recuperação da mobilidade
- › Planejamento de obras de mitigação

Checklist da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

☐	Atualizar o Plano Setorial de Contingência
☐	Realizar manutenção preventiva da drenagem e das vias
☐	Mapear pontos críticos da infraestrutura
☐	Inventariar máquinas, equipamentos e equipes
☐	Definir rotas alternativas e prioridades de acesso
☐	Capacitar as equipes para atuação em emergências
☐	Desobstruir vias e garantir a mobilidade das equipes de resposta
☐	Operar máquinas pesadas e remover escombros
☐	Avaliar a segurança de pontes, edificações e vias
☐	Apoiar a instalação e manutenção dos abrigos
☐	Transportar insumos e equipamentos para as áreas afetadas
☐	Isolar áreas com risco de colapso
☐	Recuperar a infraestrutura urbana danificada
☐	Restabelecer a mobilidade e os serviços públicos
☐	Apoiar o retorno seguro da população
☐	Executar obras de reconstrução com foco em resiliência
☐	Atualizar planos e protocolos com base nas lições aprendidas

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade desempenha um papel estratégico na gestão de redução de riscos e desastres, atuando na conservação dos recursos naturais, na prevenção da degradação ambiental e na promoção de soluções sustentáveis que aumentem a resiliência do município frente aos eventos extremos. **Por meio do planejamento ambiental, da fiscalização, do monitoramento dos ecossistemas e da implementação de medidas de adaptação às mudanças do clima, a Secretaria contribui para reduzir a vulnerabilidade do território e proteger a população dos impactos de desastres naturais e tecnológicos.**

Na fase de prevenção, a Secretaria atua na identificação e no monitoramento de áreas ambientalmente sensíveis e suscetíveis a riscos, na recuperação de áreas degradadas, na proteção de nascentes e matas ciliares, no controle de processos erosivos, na promoção de soluções baseadas na natureza (SBNs) e na fiscalização da ocupação irregular de áreas de preservação permanente e outras áreas de risco. Essas ações fortalecem a capacidade do ambiente de absorver os impactos dos eventos extremos e reduzem a exposição da população.

Durante a preparação e a resposta aos desastres, a Secretaria fornece suporte técnico para a avaliação dos riscos e dos impactos ambientais, monitora a qualidade da água, do solo e do ar, orienta sobre medidas de segurança ambiental, apoia a gestão dos resíduos gerados pelo desastre e contribui para a identificação de áreas seguras para as ações de resposta e assistência humanitária. Sua atuação integrada com a Defesa Civil e as demais secretarias municipais é essencial para reduzir riscos secundários e proteger a saúde da população.

Na fase de recuperação, a Secretaria coordena ou apoia ações de restauração ambiental, recuperação de áreas degradadas, recomposição da cobertura vegetal, proteção dos recursos hídricos e implementação de medidas que promovam uma reconstrução mais segura, sustentável e resiliente. Dessa forma, contribui para reduzir a ocorrência de novos desastres, fortalecer a adaptação às mudanças climáticas e promover um desenvolvimento urbano e ambiental mais equilibrado.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade é um dos **principais pilares da gestão integrada de riscos e desastres, incorporando a proteção ambiental, a sustentabilidade e a adaptação climática como elementos fundamentais para a segurança da população e para a construção de municípios mais resilientes.**

O que fazer antes do desastre acontecer?

Planejamento

- › Participar da elaboração e atualização do Plano Municipal de Contingência
- › Definir protocolos para atendimento de emergências ambientais
- › Elaborar o Plano Setorial de Contingência Ambiental
- › Implantar protocolos para aplicação do manejo do fogo
- › Integrar o Gabinete de Crise e a Sala de Situação

Mapeamento ambiental

Em conjunto com a Defesa Civil e Planejamento: Identificar e atualizar:

- › Áreas de preservação permanente (APPs)
- › Áreas contaminadas
- › Encostas suscetíveis a deslizamentos
- › Fragmentos florestais estratégicos
- › Margens de rios
- › Unidades de conservação
- › Áreas sujeitas a inundações
- › Corredores ecológicos
- › Áreas de erosão
- › Áreas sujeitas a focos de calor/fogo

Monitoramento ambiental

Acompanhar continuamente:

- › Previsões meteorológicas
- › Níveis de rios
- › Qualidade da água
- › Qualidade do ar
- › Queimadas e focos de fogo/calor
- › Desmatamento
- › Processos erosivos

Ações preventivas de mitigação

Executar ou apoiar:

- › Recuperação de matas ciliares
- › Recomposição de vegetação em encostas
- › Proteção de nascentes
- › Recuperação de áreas degradadas
- › Controle de erosão
- › Soluções baseadas na natureza
- › Drenagem sustentável
- › Ampliação de áreas verdes urbanas
- › Implantar pontos de abastecimento de água para controle do fogo
- › Acompanhar fogos de calor e fogo
- › Capacitar agricultores rurais e técnicos municipais para aplicar os protocolos de manejo do fogo

Fiscalização ambiental

Realizar:

- › Fiscalização de ocupações irregulares em áreas de risco
- › Fiscalização de APPs
- › Controle de supressão vegetal irregular
- › Monitoramento de atividades potencialmente poluidoras

Educação ambiental

Promover campanhas sobre:

- › Descarte correto de resíduos
- › Prevenção de queimadas
- › Conservação dos recursos hídricos
- › Proteção das áreas de risco
- › Mudanças climáticas
- › Percepção de riscos ambientais

Integração institucional

Articular ações com:

- › Defesa Civil
- › Infraestrutura
- › Saúde
- › Agricultura
- › Assistência Social
- › Planejamento
- › Concessionárias de saneamento
- › Órgãos ambientais estaduais e federais



O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Primeiras 24 a 72 horas: **ativação da resposta humanitária**

Avaliação dos impactos ambientais

Realizar levantamentos sobre:

- › Erosões
- › Deslizamentos
- › Assoreamento de cursos d'água
- › Contaminação de corpos hídricos
- › Vazamentos de produtos perigosos
- › Mortandade de fauna
- › Danos à vegetação
- › Áreas suscetíveis a incêndios/queimadas

Apoio à Defesa Civil

Fornecer informações técnicas sobre:

- › Estabilidade ambiental das áreas
- › Riscos secundários
- › Necessidade de interdição
- › Áreas seguras para a instalação de abrigos

Monitoramento da qualidade ambiental

Acompanhar:

- › Qualidade da água
- › Qualidade do ar (especialmente em queimadas)
- › Contaminação do solo
- › Riscos ambientais associados ao desastre

Gestão de resíduos

Em conjunto com Infraestrutura:

- › Orientar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo desastre
- › Apoiar a remoção de entulhos
- › Prevenir contaminação ambiental

Proteção da fauna

Executar, quando necessário:

- › Resgate de animais silvestres
- › Encaminhamento aos órgãos competentes
- › Proteção de áreas ambientalmente sensíveis

Apoio à assistência humanitária

Orientar as equipes e a população sobre:

- › Uso seguro da água
- › Riscos ambientais nas áreas atingidas
- › Áreas interditadas
- › Locais ambientalmente seguros para retorno

Serviços ofertados durante o enfrentamento

Avaliação dos impactos ambientais.

- › Monitoramento da qualidade da água, do solo e do ar
- › Proteção da fauna e dos recursos naturais
- › Apoio técnico à Defesa Civil
- › Orientação técnica à população
- › Fiscalização ambiental emergencial
- › Isolar áreas de risco a incêndios/queimadas
- › Gestão ambiental dos resíduos do desastre

Insumos e equipamentos mobilizados

Equipamentos para monitoramento da qualidade da água.

- › Equipamentos de monitoramento ambiental
- › Equipamentos de proteção individual (EPIs)
- › Drones para inspeção de áreas afetadas (quando disponíveis)
- › Barreiras de contenção para pequenos vazamentos de poluentes
- › GPS e equipamentos de georreferenciamento
- › Materiais para sinalização de áreas ambientalmente interditadas

SITUAÇÃO VOLTANDO À NORMALIDADE, O QUE FAZER?

Avaliação ambiental detalhada

Elaborar diagnóstico sobre:

- › Áreas degradadas
- › Passivos ambientais
- › Processos erosivos
- › Perda de cobertura vegetal
- › Impactos sobre recursos hídricos

Recuperação ambiental

Executar ou coordenar:

- › Reflorestamento
- › Recuperação de matas ciliares
- › Estabilização de encostas com bioengenharia
- › Recuperação de nascentes
- › Controle de erosão
- › Recuperação de áreas contaminadas

Apoio à reconstrução resiliente

Orientar para que as obras de reconstrução:

- › Respeitem a legislação ambiental
- › Incorporem infraestrutura verde
- › Reduzam riscos futuros
- › Preservem áreas ambientalmente sensíveis

Revisão dos instrumentos ambientais

Atualizar:

- › Mapas ambientais
- › Planos ambientais
- › Diagnóstico ambiental municipal
- › Cadastros de áreas vulneráveis

Educação ambiental pós-desastre

Promover ações voltadas para:

- › Reconstrução sustentável
- › Adaptação às mudanças climáticas
- › Prevenção de novos riscos.

Serviços ofertados no pós-desastre

Avaliação técnica dos danos ambientais.

- › Recuperação de áreas degradadas
- › Apoio ao planejamento da reconstrução
- › Recomposição da vegetação
- › Atualização dos diagnósticos ambientais
- › Recuperação de recursos hídricos
- › Educação ambiental para prevenção de novos desastres

Checklist da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

☐	Elaborar o Plano Setorial de Contingência Ambiental
☐	Mapear áreas ambientalmente sensíveis e de risco
☐	Monitorar continuamente indicadores ambientais
☐	Desenvolver ações preventivas de recuperação ambiental e mitigação
☐	Fiscalizar ocupações irregulares em áreas de risco
☐	Promover educação ambiental e integração com as demais secretarias
☐	Avaliar impactos ambientais do desastre
☐	Monitorar a qualidade da água, do ar e do solo
☐	Apoiar tecnicamente a Defesa Civil
☐	Orientar sobre riscos ambientais e áreas seguras
☐	Gerenciar ambientalmente os resíduos gerados pelo desastre
☐	Proteger a fauna e os ecossistemas afetados
☐	Elaborar diagnóstico ambiental das áreas atingidas
☐	Recuperar áreas degradadas e recursos naturais
☐	Apoiar a reconstrução resiliente
☐	Atualizar mapas e instrumentos de gestão ambiental
☐	Promover ações de educação ambiental voltadas à adaptação e prevenção

EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA



Secretaria Municipal de Educação e Assistência Humanitária

A Secretaria Municipal de Educação desempenha um papel estratégico na gestão de riscos e desastres ao garantir a continuidade do processo educacional, promover a educação para a redução do risco de desastres e apoiar as ações de assistência humanitária. Em situações de emergência, as unidades escolares podem ser utilizadas como abrigos temporários, centros de distribuição de donativos e pontos de apoio às operações de resposta, desde que observadas condições adequadas de segurança e habitabilidade.

Além de assegurar a proteção de crianças, adolescentes e profissionais da educação, a Secretaria atua na prevenção por meio da educação para a percepção de riscos, da elaboração de planos de contingência escolares, da realização de simulados e da promoção de uma cultura de prevenção e resiliência. Sua atuação integrada com a Defesa Civil, Saúde, Assistência Social e demais secretarias fortalece a capacidade do município de proteger vidas, reduzir vulnerabilidades e restabelecer a normalidade após um desastre

O que fazer antes do desastre acontecer?

Planejamento

- › Participar da elaboração e atualização do Plano Municipal de Contingência
- › Elaborar o Plano de Contingência da Rede Municipal de Ensino
- › Instituir protocolos para funcionamento das escolas durante emergências
- › Designar representantes da Secretaria para o Gabinete de Crise

Mapeamento das unidades escolares

Em conjunto com a Defesa Civil:

- › Identificar escolas localizadas em áreas de risco
- › Avaliar a segurança estrutural das unidades escolares
- › Identificar escolas aptas para funcionarem como abrigos temporários
- › Mapear rotas seguras de acesso e evacuação

Segurança da infraestrutura escolar

Realizar periodicamente:

- › Inspeção das instalações elétricas
- › Manutenção de telhados
- › Limpeza de calhas e sistemas de drenagem
- › Poda preventiva de árvores
- › Manutenção de muros e estruturas
- › Adequação da acessibilidade
- › Instalação de pias para fortalecer a lavagem de mãos
- › Instalar mais bebedouros
- › Melhorar sistemas de ventilação

Educação para redução de riscos

Promover ações educativas sobre:

- › Percepção de riscos
- › Mudanças climáticas
- › Prevenção de desastres
- › Primeiros socorros
- › Evacuação segura
- › Autoproteção
- › Preservação ambiental

Esses temas podem ser incorporados ao currículo e às atividades pedagógicas.

Capacitação à rede

Capacitar:

- › Diretores
- › Professores
- › Equipes administrativas
- › Merendeiras
- › Equipes de apoio

Os treinamentos devem contemplar:

- › Procedimentos de evacuação
- › Primeiros socorros
- › Gestão de abrigos
- › Acolhimento psicossocial inicial
- › Proteção de crianças e adolescentes

Exercícios simulados

Realizar simulados periódicos envolvendo:

- › Estudantes
- › Profissionais da educação
- › Defesa Civil
- › Corpo de Bombeiros
- › Saúde

Integração institucional - Multissetorial

Articular ações com:

- › Defesa Civil
- › Assistência Social
- › Saúde
- › Infraestrutura
- › Segurança Pública
- › Conselhos Tutelares

Organização das escolas para assistência humanitária

Planejar previamente:

- › Escolas que poderão funcionar como abrigos
- › Espaços para armazenamento de donativos
- › Locais para instalação de cozinhas temporárias
- › Áreas para atendimento às famílias



O evento extremo está acontecendo. E agora, como enfrentá-lo?

Primeiras 24 a 72 horas: **ativação da resposta humanitária**

Garantir a segurança da comunidade escolar

- › Suspende aulas quando necessário
- › Evacuar unidades escolares em risco
- › Isolar áreas inseguras
- › Manter comunicação permanente com as famílias

Apoio à assistência humanitária

Quando acionadas pelo município, as escolas podem servir como:

- › Abrigos temporários
- › Centros de distribuição de alimentos
- › Pontos de entrega de água potável
- › Locais de cadastramento das famílias
- › Pontos de apoio às equipes de resposta

Proteção de crianças e adolescentes

Em conjunto com a Assistência Social:

- › Identificar crianças desacompanhadas
- › Prevenir situações de violência
- › Apoiar a reunificação familiar
- › Garantir espaços seguros para crianças

Apoio psicossocial

Em articulação com Saúde e Assistência Social:

- › Acolher estudantes e profissionais afetados
- › Identificar sinais de sofrimento emocional
- › Encaminhar casos para atendimento especializado

Apoio logístico

Disponibilizar, quando necessário:

- › Mobiliário
- › Cozinhas escolares
- › Refeitórios
- › Sanitários
- › Espaços cobertos
- › Veículos da Secretaria, quando existentes

Serviços ofertados durante o enfrentamento

Apoio à instalação de abrigos temporários.

- › Disponibilização de unidades escolares para ações humanitárias
- › Proteção da comunidade escolar
- › Apoio à distribuição de alimentos e donativos
- › Atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes
- › Apoio psicossocial inicial

Insumos disponibilizados

Espaços físicos das escolas.

- › Cozinhas e refeitórios
- › Mesas e cadeiras
- › Colchonetes e mobiliário disponíveis
- › Materiais de limpeza
- › Água potável (quando disponível)
- › Equipamentos de informática e comunicação
- › Veículos da Secretaria, quando existentes

SITUAÇÃO VOLTANDO À NORMALIDADE, O QUE FAZER?

Retorno seguro às aulas

- › Avaliar as condições estruturais das escolas
- › Realizar limpeza e desinfecção das unidades
- › Garantir segurança antes da retomada das atividades

Recuperação da infraestrutura escolar

Providenciar:

- › Reparos estruturais
- › Recuperação de mobiliário
- › Reposição de equipamentos
- › Restauração de materiais pedagógicos

Recuperação da aprendizagem

Implementar:

- › Planos de reposição das aulas
- › Reforço escolar
- › Reorganização do calendário letivo

Apoio psicossocial continuado

Promover ações para:

- › Estudantes
- › Famílias
- › Professores
- › Servidores

Priorizar casos de:

- › Luto
- › Ansiedade
- › Estresse pós-traumático

Educação para reconstrução resiliente

Inserir no ambiente escolar ações voltadas para:

- › Prevenção de novos desastres
- › Proteção ambiental
- › Mudanças climáticas
- › Cultura de prevenção
- › Cidadania

Serviços ofertados no pós-desastre

Retomada segura das atividades escolares.

- › Recuperação da infraestrutura educacional
- › Apoio psicossocial
- › Reposição do calendário letivo
- › Educação para prevenção e resiliência
- › Apoio à reconstrução comunitária

Checklist da Secretaria Municipal de Educação

☐	Elaborar o Plano Setorial de Contingência da Educação
☐	Mapear escolas em áreas de risco
☐	Capacitar profissionais da educação
☐	Realizar simulados de evacuação
☐	Desenvolver educação para redução de riscos
☐	Identificar escolas aptas para funcionarem como abrigos
☐	Garantir a segurança da comunidade escolar
☐	Apoiar a instalação de abrigos temporários
☐	Disponibilizar infraestrutura escolar para assistência humanitária
☐	Proteger crianças e adolescentes
☐	Apoiar ações de acolhimento psicossocial
☐	Avaliar e recuperar as unidades escolares
☐	Restabelecer o calendário letivo
☐	Recuperar a aprendizagem dos estudantes
☐	Oferecer apoio psicossocial à comunidade escolar
☐	Fortalecer a educação para prevenção e adaptação às mudanças climáticas

Atenção



A Secretaria Municipal de Educação não é responsável pela assistência humanitária direta, mas desempenha um papel essencial na proteção da população durante desastres. Além de garantir a continuidade do direito à educação, contribui para a redução do risco por meio da formação de uma cultura de prevenção, do apoio logístico às operações de emergência e da disponibilização da infraestrutura escolar para ações humanitárias. Sua atuação integrada com a Defesa Civil e as demais secretarias fortalece a capacidade de resposta do município e contribui para uma recuperação mais rápida, segura e resiliente.

Considerações finais

O **Guia prático de enfrentamento ao Super El Niño e eventos climáticos extremos** reúne experiências e procedimentos que refletem uma agenda essencial da Associação Brasileira de Municípios: os municípios são a primeira linha de resposta aos impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos, sendo também o espaço onde as decisões precisam ser tomadas com rapidez, coordenação e capacidade técnica. Ao sistematizar responsabilidades, fluxos de atuação e medidas de prevenção, preparação, resposta e recuperação, este material busca fortalecer a capacidade dos governos locais para proteger vidas, assegurar a continuidade dos serviços públicos e reduzir vulnerabilidades.

Este Guia reforça que a gestão de riscos e desastres deve ser incorporada como uma política permanente da administração municipal. Prevenir, preparar, responder e reconstruir não são etapas isoladas, mas partes de um mesmo processo, que depende de planejamento contínuo, atuação integrada entre secretarias e decisões fundamentadas em informações técnicas e na realidade de cada território.

Nesse contexto, a adaptação às mudanças climáticas exige uma atuação articulada entre municípios, estados e União. Fortalecer os governos locais passa pela ampliação do acesso a informações qualificadas, pelo compartilhamento de conhecimento, pelo aperfeiçoamento da cooperação institucional e pela garantia de condições técnicas e financeiras compatíveis com as responsabilidades assumidas pelos municípios. Ao apoiar essa agenda, a Associação Brasileira de Municípios reafirma seu compromisso com o fortalecimento da gestão pública local e com a construção de uma governança climática mais integrada, capaz de transformar conhecimento em ação e planejamento em capacidade de resposta.

A capacidade de enfrentar desastres começa muito antes da emergência. Ela se constrói diariamente, por meio do planejamento, da cooperação entre instituições e do fortalecimento contínuo da gestão pública municipal.

Desejamos que este Guia se consolide como um instrumento de apoio permanente, servindo como referência para o planejamento, a capacitação das equipes e o aprimoramento contínuo das políticas e processos municipais na prevenção e gestão de riscos e desastres.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal n.º 14.750, de 12 de dezembro de 2023. Aprimora os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/_https://www.researchgate.net/publication/392591734_E_DEPOIS_DOS_DESASTRES_-_NATUREZA_E_CIENCIA_UMA_RECONSTRUCAO_ASSERTIVA/link/6849a3dfd0be-921dfef6c3fc/download?_p=Xh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6lnB1YmxpY2F0aW9uliwicGFnZ-SI6lnB1YmxpY2F0aW9uln19 Acesso em: 06/07/2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC). Brasília, DF: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/cop30/2025-11-10_pn-pdc_site_compressed-1.pdf Acesso em: 06/07/2026

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC); autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm Acesso em: 06/07/2026



Associação
Brasileira
de Municípios